

## CONFRONTO E CONEXÃO: O MIDIATIVISMO INDÍGENA NA RECONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA GLOBAL-LOCAL

Priscila Fernanda dos Santos Loureiro<sup>1</sup>

GT 11 - Democracia na era digital: redes e ruas em diálogo<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa investiga como três Atores Políticos Indígenas (APIB, ANMIGA e Mídia Indígena) utilizam as plataformas digitais para articular lutas por direitos, justiça socioambiental, visibilidade e pela defesa do conceito de corpo-território, enfrentando desafios impostos pelo colonialismo, pela fragmentação social e pelo epistemicídio. O problema central reside na disputa por poder político e reconhecimento dos saberes indígenas em um ambiente digital hostil. Adota-se metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, com análise teórica, bibliográfica e estudo de caso, focando conteúdos produzidos entre 2020 e 2025 nas redes sociais. Os resultados indicam que o midiativismo indígena, fundamentado na interseccionalidade, na construção de redes de solidariedade, na resistência epistêmica e na valorização do corpo-território, fortalece a agência política, amplia a circulação de narrativas próprias, promove inclusão e reconfigura a participação democrática, evidenciando o potencial transformador das redes digitais para a luta dos povos indígenas no Brasil.

**Palavras-chave:** Midiativismo; Povos Indígenas; Espaço Público Digital; Corpo-território; Interseccionalidade.

**Abstract:** The research investigates how three Indigenous Political Actors (APIB, ANMIGA, and Mídia Indígena) use digital platforms to articulate struggles for rights, socio-environmental justice, visibility, and the defense of the body-territory concept, facing challenges imposed by

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM) e Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui especialização em Tutoria em Educação a Distância (2025) e cursa especialização em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduiu-se em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição onde atuou como monitora e recebeu Menção Honrosa (2021) por sua pesquisa na área de Resolução de Conflitos. Desenvolve pesquisas na interseção entre Ciências Sociais e Educação, com ênfase em Políticas Públicas, Educação a Distância, Participação Política, Democracia e Cidadania. Atualmente, dedica-se ao estudo do midiativismo indígena e das reconfigurações da (re)existência no espaço público digital. E-mail: loureiropriscila@id.uff.br

<sup>2</sup> Trabalho apresentado na 14ª Semana de Ciências Sociais da PUC-Rio no GT 11.

colonialism, social fragmentation, and epistemicide. The central problem lies in the dispute for political power and recognition of Indigenous knowledge in a hostile digital environment. A qualitative, exploratory, and descriptive methodology is adopted, with theoretical and bibliographic analysis and case studies focusing on content produced between 2020 and 2025 on social networks. The results indicate that Indigenous media activism, grounded in intersectionality, the construction of solidarity networks, epistemic resistance, and the valorization of body-territory, strengthens political agency, expands the circulation of Indigenous narratives, promotes inclusion, and reconfigures democratic participation, highlighting the transformative potential of digital networks for the struggle of Indigenous peoples in Brazil.

**Keywords:** Media activism; Indigenous Peoples; Digital Public Space; Body-territory; Intersectionality.

## 1. Introdução<sup>3</sup>

A emergência da sociedade em rede e a ascensão das plataformas digitais como mediadoras da sociabilidade e das interações expandiram os espaços de mobilização política, superando as barreiras de tempo e espaço inerentes às mobilizações tradicionais. Essa mediação reconfigurou as dinâmicas sociopolíticas, ampliando as possibilidades de interação ao mesmo tempo em que introduziu novas tensões de poder, gerando desafios inéditos para as democracias contemporâneas.

Dentro do cenário dos movimentos sociais brasileiros, o movimento indígena se apresenta como um dos mais organizados no uso das mídias digitais como ferramenta de luta. Essa mobilização ocorre por meio de articulações, coletivos, associações e ativistas indígenas e indigenistas. Dentre suas diversas frentes, três articulações de âmbito nacional sobressaem pela forte atuação e capacidade de engajar públicos indígenas e não indígenas.

Dessa forma, a pesquisa tem por objeto esses três Atores Políticos Indígenas (APIs) APIB, ANMIGA e Mídia Indígena, analisando sua agência política na criação e divulgação de conteúdos e informações sobre mobilizações em prol de reivindicações de direitos e justiça socioambiental, materiais educativos e informativos, esclarecimentos sobre projetos de lei,

---

<sup>3</sup> Essa pesquisa contou com o apoio e financiamento da CAPES.

denúncia de violências e invasões de território, eventos culturais e na disseminação de suas próprias narrativas no espaço público digital.

A relevância deste estudo e sua principal justificativa residem na investigação do midiativismo indígena não apenas como uma arena de disputa por visibilidade e poder político, mas, sobretudo, como uma práxis de resistência epistêmica. Busca-se compreender de que modo a apropriação das redes sociais por esses Atores Políticos Indígenas (APIs) tensiona o debate público e confronta a violência simbólica e material do colonialismo. Em última análise, o artigo examina a reivindicação originária por legitimidade sociopolítica e ontológica frente a uma infraestrutura algorítmica historicamente alinhada às epistemologias do Norte Global.

Propõe-se considerar se a ação coletiva desses APIs adquire novas definições e sentidos, como o engajamento cívico se manifesta em uma dinâmica interligada entre redes e ruas, e os possíveis impactos na concepção de democracia por meio de novas críticas e formulações. Este artigo se propõe a discutir de que modo a politização dos corpos historicamente marginalizados e excluídos, por meio da ação coletiva nas redes digitais, contribui para a ampliação das fronteiras da política, promove a circulação de seus discursos, sua presença nos espaços públicos, e questiona as estruturas tradicionais de poder e representação, nos espaços das ruas e das plataformas, em âmbito local e global.

É nesse ambiente que a pesquisa se insere, ao observar o paradoxo democrático impulsionado pela nova era digital. Embora as redes sociais possibilitem a materialização de uma estrutura de comunicação mais aberta e democrática, que permite a participação ativa de sujeitos historicamente marginalizados e excluídos, elas também dificultam a formação de consenso e contribuem para a fragmentação social, a disseminação de desinformação e o crescimento de um populismo autoritário (CASTELLS, 1996; GOHN, 2024; HABERMAS, 2022; LIMA NETO, 2025). Tornando-se palco para embates, com a intensificação de discursos de ódio e a formação de “bolhas” impulsionadas por algoritmos (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020).

Ainda assim, a ambivalência e os efeitos contraditórios das redes não anulam seu potencial transformador, pelo contrário, a atuação desses APIs através delas o evidencia. Por isso, este estudo se torna ainda mais pertinente e a análise dessa agência é de suma importância para compreender como é possível ocupar e reconfigurar o espaço público digital, que se apresenta como um espaço onde a luta por direitos e visibilidade pode ser amplificada,

promover a emergência de vozes silenciadas e contribuir para a construção de um imaginário social mais inclusivo e de uma democracia mais participativa.

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, exploratória e descritiva. Como lente analítica e metodológica, este estudo se alinha à teoria social crítica da interseccionalidade, compreendida não apenas como uma ferramenta analítica, mas como uma práxis crítica que liga a teoria à prática. Essa abordagem é essencial para examinar como diferentes sistemas de poder — como colonialismo, racismo e patriarcado — se inter cruzam para moldar as experiências dos povos indígenas e suas formas de ativismo (COLLINS; BILGE, 2016). Ademais, frente às imposições e métricas reguladas por grandes corporações transnacionais, a produção de narrativas por sujeitos historicamente subalternizados configura uma autêntica prática de contrapoder (CASTELLS, 2012) e resistência epistêmica (COLLINS, 2021).

A metodologia combina uma análise teórica e bibliográfica com um estudo de caso focado em três importantes Atores Políticos Indígenas (APIs) atuantes nas plataformas digitais e no movimento social indígena brasileiro em âmbito nacional: APIB, ANMIGA e Mídia Indígena. O estudo se concentrará no uso das plataformas Facebook, Instagram, X (antigo Twitter) e YouTube, com um recorte temporal de 2020 a 2025.

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as dinâmicas de apropriação e articulação em redes que possibilitam a presença dos APIs na esfera pública digital, buscando compreender se e como essas dinâmicas podem subverter e reinventar formas de ativismo e mobilização social. E será guiada pelos seguintes objetivos específicos: analisar a articulação das lutas por justiça de gênero, racial e territorial nas plataformas digitais para identificar se e como esses APIs utilizam o midiativismo como uma ferramenta interseccional de mobilização social e resistência epistêmica; e investigar se e de que forma a politização do conceito de corpo-território por meio do ativismo digital desafia as epistemologias hegemônicas do Norte Global, fortalece a agência política dos povos indígenas na disputa por sentidos no debate público e reconfigura a participação democrática em âmbito local-global.

Para tanto, a investigação orienta-se pelas seguintes questões norteadoras: de que maneira esses APIs constroem e articulam repertórios de ação coletiva interseccional nas redes digitais visando fortalecer sua agência e a politização dos corpos-territórios? Adicionalmente, quais são as principais demandas mobilizadas para influenciar as dinâmicas democráticas e os poderes públicos em âmbito local e global?

Desse modo, a coleta de dados será realizada por meio da observação sistemática e captura do conteúdo público e verificável nas plataformas mencionadas. Em seguida, será realizada uma análise documental dos materiais coletados, com foco na identificação de padrões de comunicação, repertórios de ação política e estratégias de visibilidade.

Esta pesquisa é guiada pela hipótese de que a agência política dos APIs, por meio do midiativismo, pode transformar as dinâmicas de participação social, representação e relações de poder no espaço público digital. Através da apropriação e articulação em rede dentro de estruturas digitais que reproduzem epistemologias do Norte Global e violentam as epistemologias indígenas, esses atores subvertem e dão sentido às suas narrativas e performances, reverberando-as em redes de solidariedade. Supõe-se que, ao apropriarem-se das plataformas digitais e articularem redes de solidariedade e contrapoder, esses atores possam subverter epistemologias dominantes, construir novas narrativas e ampliar a visibilidade de vozes historicamente silenciadas, promovendo inclusão e potencialmente reconfigurando a esfera pública em contextos locais e globais.

## **2. A Esfera Pública em Crise: Da Deliberação Racional à Fragmentação Digital**

A compreensão das democracias contemporâneas exige uma análise da noção de esfera pública, que segundo Habermas (2003), refere-se ao espaço de debate e deliberação onde a sociedade civil discute questões de interesse comum e influencia o poder político, tendo como ideal a troca racional de argumentos e a busca pelo consenso. Com o avanço da mídia de massa, esse espaço sofreu uma “mudança estrutural”, tornando-se mais vulnerável à mercantilização, à manipulação e à concentração de poder midiático, o que fragilizou o debate crítico e a legitimidade democrática. Essa dinâmica diagnosticada pelo autor, portanto, é também uma crise da mediação exercida pela sociedade civil, cujos canais de influência são obstruídos pela lógica do consumo e pela concentração de poder midiático.

No final do século XX, Castells (1996) identifica a emergência da sociedade em rede, marcada por estruturas sociais interconectadas e dinâmicas que, ao mesmo tempo em que ampliam a circulação de informações, intensificam desigualdades e fragmentações, como as “bolhas” e câmaras de eco. Nesse contexto, a informação torna-se central para o poder e a identidade passa a ser o principal eixo de organização dos indivíduos. Essa dinâmica é agravada

pela “clivagem digital”, como aponta Pippa Norris (2001), que se apresenta nas desigualdades de acesso e uso das tecnologias e aprofunda as exclusões sociais já existentes.

Mais recentemente, autores como Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) e Mendonça, Filgueiras e Almeida (2023) analisam a consolidação da “sociedade de plataforma”, em que redes sociais privadas e algoritmos, longe de serem neutros, moldam comportamentos e interações. Em análise recente, Habermas (2022) aponta que essa plataformização, aliada à baixa regulação, agrava a crise da esfera pública em uma nova transformação estrutural, dificultando o consenso e a deliberação racional. Consequentemente, conforme o autor, as redes sociais tornaram-se vetores de desinformação e polarização, fragmentando o debate em bolhas autorreferentes que impedem o aprendizado mútuo e a deliberação racional, gerando uma profunda crise de desconfiança nas instituições democráticas.

### **3. Corpos, Midiativismo e a Resistência no Espaço Público Digital**

Nesse cenário, Butler (2019) propõe que a esfera pública é marcada por exclusões, onde a visibilidade de certos corpos é sistematicamente negada. Nesse sentido, a ação política não se restringe à fala ou à escrita, mas emerge da própria performatividade dos corpos que se reúnem, que “aparecem em conjunto” (BUTLER, 2019, p. 13). Para a autora, a persistência do corpo em sua exposição pública, em gestos e movimentos, exerce um direito que, por vezes, não é formalmente reconhecido.

Com isso, Butler (2019) aponta que as mídias digitais assumem um papel central ao amplificar essa visibilidade da performatividade para além dos limites físicos, permitindo que a resistência nas ruas reverbere globalmente em tempo real e essa ação dos corpos nas ruas com a atuação nas redes se complementam, constituindo uma versão contemporânea e híbrida da esfera pública.

No Brasil, essa reconfiguração se manifesta a partir de 2013, quando se observa uma intensificação do ativismo digital e da auto-organização de coletivos, como analisa Gohn (2022). Tal capacidade de articulação em rede, que Castells (2012) denomina “autocomunicação de massa”, viabiliza a criação de redes de contrapoder e solidariedade, fundamentais para a auto-organização de movimentos sociais. Essa digitalização das relações sociais participa da estruturação, reestruturação e promoção de novos sentidos que envolvem o ativismo na cultura política brasileira (LIMA NETO, 2025).

Tais redes, conforme aborda Lima Neto (2025), servem como espaços de socialização política, possibilitando a criação e o estabelecimento de vínculos por meio de laços de solidariedade e amizade. Ressalta o autor que essa dinâmica é observada na atuação dos coletivos e dos ativismos como um complemento que possibilita a construção ou o aprofundamento/reforço dos laços já estabelecidos através da vivência do coletivo nos espaços físicos. Com isso, as ferramentas de comunicação digital produzem efeitos no comportamento político desses sujeitos, seja por meio de seu engajamento cívico ou de seus comportamentos de consumo, da mesma forma que repercutem na criação e reprodução de símbolos e interesses políticos (LIMA NETO, 2025).

Pois, as novas mídias digitais, ao possibilitarem a autoria dos conteúdos aos usuários, tornam mais porosa a fronteira entre o público e o privado, gerando repercussões potencialmente disruptivas nas funções políticas da esfera pública (LIMA NETO, 2025). Dessa forma, a cultura política no Brasil e em escala global tem passado por uma redefinição de padrões estruturantes impulsionada pelo emprego e intensificação do uso das mídias digitais.

O uso da internet impulsionou a ocupação dos espaços públicos urbanos pelos movimentos sociais conferindo maior visibilidade às mobilizações por conta do reforço e engajamento do ativismo online, contribuindo para a proliferação e construção de movimentos de caráter nacional e local (LIMA NETO, 2025). Consequentemente, ao expandir sua rede de solidariedade através das mobilizações nas redes, seus discursos reverberam e ecoam para além do espaço público brasileiro, alcançando eventos e debates em escala global, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP).

É nessa intersecção entre a ação corporal e a mediação digital que surge o midiativismo. Este conceito, refere-se à apropriação dos meios de comunicação por grupos subalternizados para construir narrativas próprias e contra-hegemônicas, em uma dinâmica de simbiose entre mediação e ativismo, uma prática que é “rua, é chão, é corpo a corpo”, mas que utiliza exponencialmente as ferramentas digitais para amplificar sua mensagem (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 40). Portanto, seu objetivo é intervir no debate público, disputar narrativas e dar visibilidade a acontecimentos ignorados pela comunicação hegemônica.

## 4. A Luta Indígena no Brasil: Do Silenciamento ao Protagonismo Digital

A trajetória dos povos indígenas no Brasil oferece um exemplo contundente dessa luta por visibilidade e agência. A formação do espaço público brasileiro foi construída sobre a negação de sua existência, fundamentada em um projeto colonial de etnocídio, violência e expropriação territorial (XUCURU-KARIRI, 2023). Para compreender a profundidade de sua resistência, é essencial observar o conceito de corpo-território.

Proveniente das cosmologias indígenas e sistematizado por movimentos decoloniais, o conceito articula a inseparabilidade ontológica entre vida, identidade, cultura e terra, desafiando a visão hegemônica do território como mero espaço controlável (HAESBAERT, 2020). Para os povos indígenas, o corpo é o primeiro e mais íntimo território de luta, um repositório de memórias e saberes, mas também das violências coloniais (ANMIGA, 2025).

A terra, por sua vez, não é uma mercadoria, mas uma extensão vital do ser, um construto político e socioambiental imprescindível para a reprodução da vida (LIMA, 2022). Portanto, a violência colonial foi um ataque direto a essa integridade, buscando separar o corpo de seu território para aniquilar a existência indígena.

Durante séculos, a política indigenista do Estado brasileiro, mesmo após a independência, foi marcada pelo paradigma integracionista e tutelar, que tratava os indígenas como “relativamente incapazes” e destinados a desaparecer na “comunhão nacional” (SOUZA LIMA, 1992, p. 148). O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante a ditadura militar (1964-1985), operaram sob essa lógica, funcionando como instrumentos de controle, assimilação forçada e facilitação da expropriação de terras para grandes projetos de desenvolvimento. Contudo, foi justamente a intensificação dessa violência que catalisou a emergência do Movimento Indígena Brasileiro (MIB) organizado a partir da década de 1970.

Com o apoio de setores da sociedade civil, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os povos indígenas iniciaram um processo de articulação interétnica, cujo ápice foi a luta contra o Decreto de Emancipação em 1978 e a fundação da União das Nações Indígenas (UNI) em 1980 (BICALHO, 2010).

Nesse contexto, a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) tornou-se o palco decisivo para essa luta. Através de uma intensa mobilização e de performances políticas que transformaram os corredores do Congresso em uma “Aldeia-Corredor” (LOPES, 2011, p. 109).

O discurso de Ailton Krenak, por exemplo, pintando o rosto de preto em luto e resistência na tribuna, tornou-se um símbolo da recusa indígena em ser silenciado. O resultado foi uma vitória histórica: a Constituição de 1988 rompeu com o paradigma tutelar, reconhecendo nos artigos 231 e 232 os direitos originários sobre as terras, o respeito à sua organização social e cultural, e a legitimidade para defenderem seus interesses em juízo (CUNHA, 2012).

A UNI, que havia desempenhado um papel central no lobby constituinte, enfrentou dificuldades de organização interna e centralização de poderes, o que levou à sua extinção no início dos anos 90 (DEPARIS, 2007). Sua dissolução deu lugar a um florescimento de organizações regionais e locais, um reflexo da complexidade e diversidade dos mais de duzentos povos e das especificidades culturais, linguísticas e organizacionais (BICALHO, 2010). A articulação do MIB prosseguiu, então, sua luta, agora com mobilização física no Acampamento Terra Livre (ATL), iniciado em 2004, que se consolidou como a “mais importante mobilização do movimento indígena nacional”, realizado anualmente em Brasília para pressionar os poderes e cobrar o cumprimento da CF/88 (SOUSA, 2022).

Nesse ínterim, o movimento dos povos originários no Brasil é caracterizado por uma luta contínua pela sobrevivência, pela reivindicação de seus territórios e pela garantia de sistemas de controle jurídico democrático (GOHN, 2024). Essa mobilização se manifestou tanto no período de conquistas de direitos constitucionais (1970-1988) quanto, mais recentemente, na oposição ao marco temporal (de 2020 até o presente momento). O movimento, que é composto por vários povos, está marcado pelo reconhecimento mútuo, ainda que seja repleto de diversidade étnica e cultural, formando uma mesma unidade social através da criação de uma identidade e consciência interétnica, o que resulta no estabelecimento de laços entre diferentes grupos sociais e políticos — em prol da reivindicação de direitos (GOHN, 2024).

Dessa forma, Gohn (2024) argumenta que a resistência indígena se manifesta tanto materialmente (em exemplo nas ações de retomada de terras), quanto socialmente (nos diálogos e apoio mútuo). Por consequência dessas mobilizações, foram conquistados a garantia de direitos, como exemplo, o reconhecimento das terras e da manifestação cultural, através da sua inclusão na CF/88, representando com isso um marco (GOHN, 2024).

Essas conquistas ainda não foram suficientes para garantir e reivindicar os territórios, tendo em vista a ameaça da tese do Marco Temporal, bem como o cumprimento dos demais direitos, como exemplo, a educação e a saúde. Assim, a formação de coalizões com organizações da sociedade civil é imprescindível para o movimento dos povos originários

indígenas do Brasil conseguir pressionar os poderes públicos, em específico o judiciário, a salvaguardar esses direitos que já estão presentes na Constituição (GOHN, 2024).

O período pós-constituente, no entanto, não significou o fim da luta, mas sua reconfiguração. A batalha passou a ser pela efetivação dos direitos conquistados, contra a inércia do Estado, cooptação de suas instituições e as ofensivas dos interesses do agronegócio e da mineração. Nesse novo contexto, a partir dos anos 2000, o movimento indígena brasileiro se diversificou, com a consolidação de organizações, como os APIs, e passou a incorporar massivamente as mídias digitais como ferramenta de luta e ao adotar o midiativismo como estratégia de resistência e luta no espaço público digital.

## **5. Ancestralidade em Ação no Espaço Público Digital: APIB, Mídia Indígena e ANMIGA**

### **5.1 APIB**

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) emerge no cenário político brasileiro como a principal e mais abrangente instância de representação do movimento indígena contemporâneo. Nascendo como uma instância de referência nacional, com o propósito de fortalecer a união entre os povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, e mobilizar a luta contra as ameaças e agressões aos direitos originários (APIB, 2025). E, como missão busca a “promoção e defesa dos direitos indígenas, a partir da articulação e união entre os povos e as organizações das distintas regiões do país” (APIB, 2024), tendo como eixo central e inegociável a demarcação, desintrusão e proteção de todas as Terras Indígenas.

Sua gênese está intrinsecamente ligada a uma necessidade de unificação e fortalecimento da luta por direitos, formalizada em 2005 durante o Acampamento Terra Livre (ATL). O ATL, por sua vez, constitui-se desde 2004 como a maior mobilização indígena nacional, um espaço anual de assembleia política e protesto em Brasília que pauta o Estado brasileiro e dá visibilidade às demandas dos povos originários. O primeiro acampamento foi uma “reação e protesto contra a falta de sinais de por onde iria a Nova Política Indigenista pactuada no período eleitoral com o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva” (APIB, 2022).

Nascida “de baixo para cima”, a APIB foi concebida para ser uma plataforma de articulação que unifica as pautas e mobiliza uma resposta coordenada contra as crescentes

ameaças aos direitos territoriais e culturais, consolidando-se como a voz nacional de um movimento multifacetado. Busca, ainda, construir e fortalecer alianças com o movimento indígena internacional e outros movimentos sociais, bem como parcerias com instituições e redes de solidariedade.

Sua estrutura federativa é um elemento central para compreender sua capilaridade e legitimidade, cumpre seu papel ao aglutinar diversas organizações regionais de base, o que lhe confere representação em todos os estados brasileiros. A APIB aglutina sete organizações regionais de base que representam a diversidade de povos e biomas do Brasil: a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL); a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); a Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu); a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); e o Conselho do Povo Terena. Essa composição garante que a APIB não seja uma entidade centralizada, mas um ponto de convergência das lutas que emanam dos territórios, buscando ainda fortalecer alianças com o movimento indígena internacional e outros movimentos sociais (GOHN, 2024).

A agência política da APIB se manifesta em múltiplas arenas, utilizando um repertório de ação coletiva que vai da mobilização de base à complexa incidência institucional. Nesse contexto, o ATL funciona como sua grande assembleia política, cujos temas anuais servem como um termômetro da conjuntura nacional, refletindo as batalhas mais urgentes — desde a crítica a grandes projetos de infraestrutura até a denúncia do governo de Jair Bolsonaro, descrito como um “declarado plano de morte, etnocídio, ecocídio e genocídio, nunca visto nos últimos 34 anos de Democracia no nosso país” (APIB, 2022).

Sua principal frente de batalha nos últimos anos tem sido a luta contra a tese inconstitucional do marco temporal. Em 2021, a APIB liderou a mobilização “Luta Pela Vida”, a qual foi descrita como “a maior mobilização indígena da história” (APIB, 2021), pressionando o Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubar a tese. Os enfrentamentos continuaram com a retaliação do Congresso, com a aprovação da Lei 14.701/2023, levou a APIB a se posicionar firmemente contra manobras de conciliação no STF, denunciando-as publicamente em suas redes: “Nos retiramos da Câmara de Conciliação do @STF\_oficial que discute a Lei do marco

temporal (14701). Os povos indígenas não irão negociar o marco temporal e outras violações da Constituição. Esta Câmara deve ser encerrada” (APIB, 2024)<sup>4</sup>.

Em resposta à hostilidade no legislativo, a APIB aprofundou sua estratégia de “Aldear a Política”, lançando a “Campanha Indígena” para apoiar candidaturas e aumentar a representatividade nos espaços de poder, resultando na eleição da “Bancada do Cocar”. Simultaneamente, a organização expandiu sua atuação para a arena global, tornando-se uma voz indispensável nas Conferências Climáticas da ONU (COPs), onde posiciona os povos indígenas e seus territórios como solução central para a crise climática sob o lema “Não existe solução para a crise climática sem povos e terras indígenas” (APIB, 2023).

Essa capacidade de adaptação evidencia-se na apropriação estratégica das tecnologias digitais. Em um contexto de polarização, a APIB utiliza as redes sociais para o midiativismo (BRAIGHI; LESSA; CÂMARA, 2018), articulando ações e conectando violações locais a uma audiência global.

É dessa maneira que a agência política da APIB ressignifica as estruturas digitais a partir de epistemologias indígenas. Como evidenciado na comunicação do ATL 2024, conduzida por comunicadores indígenas articulados na rede “COMunidade”, garante que a produção midiática parta das bases (APIB, 2024a). Com a cobertura colaborativa, a APIB amplia a participação e mantém o controle da narrativa, rejeitando epistemologias do Norte Global. Um exemplo notável foi a recusa em usar uma “linha do tempo” linear para contar sua história no ATL 2024; em vez disso, adotou a perspectiva da “Cobra do Tempo”, um conceito que “conecta passado, presente e futuro” (APIB, 2024), refletindo uma cosmovisão indígena e subvertendo a lógica colonial do tempo, expressando, com isso, resistência epistêmica.

Os repertórios de ação coletiva articulados pela APIB são diversos, contando com convocação para ação online e offline (como “tuitaços” e marchas), denúncia em tempo real de violências e ameaças legislativas, incidência política direta (como transmissões ao vivo de eventos no STF), educação e contranarrativa sobre projetos de lei, celebração de vitórias e construção de redes de solidariedade com outros movimentos sociais, como o MST (CASTELLS, 2012; GOHN, 2022; LIMA NETO, 2025). As principais demandas mobilizadas incluem a demarcação de terras (#DemarcaçãoJá), rejeição de legislações anti-indígenas (Lei 14.701/2023, PL 490/2007, PEC 48/2023), justiça para lideranças assassinadas (como a Pajé Nega Pataxó) e garantia de direitos sociais diferenciados em saúde e educação.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://x.com/ApibOficial/status/1828844848847434028>. Acesso em: 17 de ago. de 2025

A análise dos materiais visuais da APIB no Instagram corrobora esses repertórios. Observa-se a denúncia em postagens como “A Amazônia foi traída em Brasília”, que critica decisões legislativas (APIB, 2025); a convocação em chamados como “Parentes, esse é um chamado para mobilização – Vamos Marchar em defesa da Amazônia”; e a internacionalização em posts sobre a COP30, conectando demandas locais ao cenário global. Essas peças promovem a articulação entre redes digitais e ruas (BUTLER, 2019), incentivando a participação efetiva em manifestações físicas, evidenciando como a ação coletiva online-offline é indissociável e dialoga com os conceitos de Castells (2012) sobre o poder em rede.

A produção de conteúdo informativo, como o “Boletim APIB”, fortalece a memória coletiva e constrói uma base epistêmica autônoma, alinhada aos projetos de conhecimento resistente (COLLINS, 2022). Por fim, postagens que destacam o protagonismo feminino, como “A luta das mulheres indígenas é transfronteiriça [...] somos sementes da resistência” (APIB, 2025), evidenciam a interseccionalidade como eixo central da agência política indígena (COLLINS; BILGE, 2021).

Já a internacionalização e construção de alianças também se destacam nas postagens dedicados à COP30 e à participação indígena em espaços internacionais, como “Jornada de Formação para a COP30”, “A resposta somos nós, povos indígenas rumo à Cop30” e “Talkshow: participação indígena em espaços internacionais de negociação climática” (APIB, 2024)<sup>5</sup>. Esses conteúdos mostram o esforço contínuo de conectar demandas locais ao cenário global, promovendo o protagonismo indígena nas discussões climáticas mundiais e reforçando a capacidade de reconfiguração da esfera pública.

Esse conjunto de iniciativas corresponde aos projetos de conhecimento resistente descritos por Collins (2021), já que constrói uma base epistêmica autônoma e plural. Por fim, as postagens que destacam a interseccionalidade e o protagonismo das mulheres indígenas, como “A luta das mulheres indígenas é transfronteiriça, do norte ao sul global somos sementes da resistência” (APIB, 2025), evidenciam como a atuação da APIB dá visibilidade às lutas femininas e ao reconhecimento das diferentes dimensões de resistência, reforçando a interseccionalidade como eixo central da agência política indígena.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://x.com/ApibOficial/status/1854564870097711338> Acesso em 18 de ago. de 2025.

## 5.2 *Mídia Indígena*

Mídia Indígena consolidou-se como um coletivo de comunicação e jornalismo de afirmação identitária, opera nacionalmente como uma rede descentralizada de comunicação, com mais de 300 integrantes de diversas etnias e uma coordenação de 10 membros, sendo uma das principais vozes na luta dos povos originários do Brasil (MÍDIA INDÍGENA, 2025). Em um cenário de crescentes disputas políticas por território, direitos e reconhecimento, a comunicação emergiu como uma ferramenta estratégica e um campo de batalha simbólico, elevando seus comunicadores à condição de “guerreiros digitais” (MÍDIA INDÍGENA, 2022, 2025). Essa metáfora reflete a natureza de sua atuação: utilizar a tecnologia como instrumento de luta e defesa e o espaço digital como um território a ser disputado e demarcado.

A missão central do coletivo transcende a simples divulgação de informações, pois trata-se de um projeto político de dar visibilidade às suas narrativas, fortalecer a luta coletiva e, crucialmente, desconstruir os estereótipos históricos — como a imagem do indígena assimilado ou congelado no tempo — que são frequentemente veiculados pela mídia hegemônica, comunicando tanto para o público indígena quanto para o não indígena (APIB, 2021; GAMA, 2022; MOURA, 2024; NINJA 2017). Como afirma um de seus fundadores, a iniciativa permite “contar nossa história, com nossas narrativas, com a visão dos verdadeiros guardiões da Mãe Terra” (RONILSON GUAJAJARA *apud* MOURA, 2024), um ato fundamental de autodeterminação narrativa para povos historicamente silenciados.

O coletivo foi fundado em 2015, no contexto efervescente do ATL, o maior encontro de povos indígenas do Brasil, como fruto do projeto “Coisa de Índio”, e oficializado em 2017 pelos jornalistas Erisvan Bone Guajajara, Flay Guajajara e Edivan Guajajara, do povo Guajajara (MÍDIA INDÍGENA, 2025; NINJA, 2017). O ATL, como espaço de articulação política nacional, expôs a necessidade urgente de uma plataforma de comunicação própria, capaz de furar o bloqueio da grande mídia. A urgência para sua criação nasceu da necessidade de “mostrar nossa cultura sem precisar que o branco fale por nós” (ERISVAN GUAJAJARA *apud* NINJA, 2017), de forma autônoma e sem influências de intermediários não indígenas, rompendo com um ciclo de representações externas e muitas vezes distorcidas.

Inicialmente chamado de “Mídia Índia” — termo por vezes associado a um imaginário colonial —, o nome foi alterado para “Mídia Indígena” no final do segundo semestre de 2022, uma mudança sutil, mas significativa, que reflete seu amadurecimento e o compromisso com a

autodeterminação linguística e conceitual (APIB, 2021; GAMA, 2022; NINJA, 2017). Composto majoritariamente por jovens de diversas etnias, o coletivo representa uma aliança intergeracional, na qual a agilidade digital da juventude se alia à sabedoria ancestral, garantindo que o protagonismo na produção de conteúdo seja tanto inovador quanto enraizado (GAMA, 2022; MOURA, 2024). Com propósito de combater os estereótipos e preconceitos comumente veiculados pela mídia tradicional, seus membros se mobilizam na produção e divulgação desses conteúdos, exercendo seu protagonismo na produção das narrativas (APIB, 2021; NINJA 2017).

Para além da produção de conteúdo, um dos maiores impactos do coletivo é seu investimento na capacitação de novos comunicadores, através de oficinas presenciais e de suas plataformas, em diversas áreas da comunicação, visando ter ao menos um comunicador em cada povo indígena no país. A fim de instrumentalizar jovens indígenas para o registro autônomo de suas culturas, com a produção de textos, fotografias, vídeos e nas habilidades de utilização das redes sociais, como também na produção de outras intervenções que abordem suas reivindicações, garantindo a sustentabilidade do movimento indígena (APIB, 2021; GAMA, 2022; MÍDIA INDÍGENA, 2021; NINJA, 2017).

Sua atuação é sustentada por uma rede descentralizada, orgânica e colaborativa com integrantes espalhados por todo o país, operando de forma a refletir a própria diversidade dos povos indígenas (MÍDIA INDÍGENA, 2025). Essa estrutura, embora apresente desafios logísticos, permite uma capilaridade e uma agilidade que seriam impossíveis em um modelo centralizado. Um pilar fundamental de seu processo jornalístico, que o distingue das práticas ocidentais, é a validação de todas as informações com lideranças e anciãos das comunidades antes de qualquer publicação.

Este método garante não apenas a precisão factual, mas também o respeito aos protocolos e às tradições de cada povo. Pois, “Escutar as bases é primordial”, afirma Erisvan Guajajara, “Os nossos mais velhos, as nossas lideranças, são a nossa biblioteca de conhecimentos” (*apud* GAMA, 2022). Assim a força do coletivo é amplificada por parcerias estratégicas com organizações-chave do movimento, como a APIB e a COIAB, funcionando muitas vezes como o braço de comunicação que traduz as articulações políticas dessas entidades para um público mais amplo.

Desse modo, o Mídia Indígena utiliza suas plataformas digitais para transformar ações políticas locais, antes invisibilizadas e silenciadas, em eventos de alcance nacional e global. Em

sua articulação, esteve presente nos mais diversos eventos relevantes para os movimentos sociais e voltados à defesa do meio ambiente, promovendo campanhas, *workshops* e documentando a atuação de atores políticos da causa indígena (MÍDIA INDÍGENA, 2021). Como as múltiplas edições do ATL, a histórica Primeira Marcha das Mulheres Indígenas (2019), a campanha nacional pela candidatura de Sônia Guajajara à vice-presidência em 2018 e as conferências climáticas internacionais (COPs 24, 25 e 26).

O coletivo também documentou importantes encontros regionais, como o Festival Juruena Vivo (2018) e as assembleias dos povos Terena e Xucuru, além de marcar presença em eventos internacionais na Europa. Durante a pandemia, adaptou sua atuação para o ambiente online, promovendo o Acampamento Terra Livre Online, que alcançou mais de 1 milhão de visualizações. A estratégia de “ocupar as redes e demarcar as telas” é uma poderosa transposição da luta pela terra para o ambiente digital e serve para mobilizar campanhas de grande impacto, como a luta contra a tese do marco temporal. Essa atuação também funciona como uma indispensável ferramenta de contravigilância, utilizando a transmissão ao vivo para documentar e denunciar violações de direitos em tempo real (BUTLER, 2019; CASTELLS, 2012).

O alcance e a influência do coletivo se evidenciam em seus canais digitais, cada um com uma função estratégica. Seu principal meio de comunicação e engajamento é o Instagram, onde acumula cerca de 340 mil seguidores e já realizou mais de 11.700 publicações, utilizando o poder da imagem para contar histórias e servir como um *hub* para campanhas de mobilização. Através dele, estão conectadas com as principais instituições governamentais, e com as lideranças e organizações indígenas que atuam em âmbito federal, regional e local.

No X (antigo Twitter), com aproximadamente 13,7 mil seguidores e mais de 1.500 postagens, o foco recai sobre denúncias rápidas e pressão política direta, sob o lema: “Voz dos povos indígenas, por nós, pelos nossos ancestrais, pelos que virão!” (MÍDIA INDÍGENA, 2019). Já no canal “TV Mídia Indígena” no YouTube, ativo desde 2018, conta com cerca de 3,13 mil inscritos, disponibilizando 86 vídeos e um acumulado de mais de 37.700 visualizações (MÍDIA INDÍGENA, 2025). Funcionando como um arquivo audiovisual vivo da memória e da resistência, disponibiliza o podcast “Fala Mídia Índia”, com a presença de lideranças indígenas, e séries como a campanha “#CuraDaTerra”, que organiza um compilado de vídeos que documenta a trajetória de mulheres líderes indígenas e dissemina a mobilização contra os efeitos do capitalismo e em prol da defesa do meio ambiente, nas suas palavras: “Em tempos

de doenças globais, as mulheres indígenas defendem a vida e o território e são a cura da terra. O mundo que coloca o dinheiro acima da vida está chegando ao fim e as vozes de outros mundos são a esperança do futuro” (MÍDIA INDÍGENA, 2020).

Assim, dedica um espaço para a promoção da voz e da cultura indígena, apresentando de forma gratuita uma variedade de conteúdos que incluem entrevistas com líderes indígenas, rodas de conversa, discussões sobre questões sociais e ambientais, e celebrações da sua diversidade. Os vídeos publicados nessa plataforma abordam eventos importantes como a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas e a participação de líderes indígenas em conferências globais, demonstrando a luta contínua desses atores políticos pela salvaguarda dos direitos dos povos indígenas e a preservação de suas terras (MÍDIA INDÍGENA, 2021).

Essa agência política se manifesta tanto no enfrentamento à desinformação junto às comunidades – exemplo da atuação durante a pandemia, combatendo a desinformação sobre a vacina da Covid-19 e produzindo podcasts traduzidos para idiomas originários (MÍDIA INDÍGENA, 2024; 2024a; 2024b), quanto na articulação de campanhas massivas nas plataformas digitais para influenciar as dinâmicas democráticas. Destacam-se mobilizações como #MarcoTemporalNão, #PEC48NÃO e cobertura de eventos como o ATL, que elevaram o engajamento da causa indígena a patamares inéditos, com conteúdos alcançando mais de 10 milhões de visualizações em 24 horas (MÍDIA INDÍGENA, 2024c; 2024d; 2024e).

A ocupação das redes sociais por coletivos indígenas permitiu ao Mídia Indígena demarcar o território digital, expandindo a luta física para o ambiente virtual e promovendo a circulação de discursos próprios e a construção de novas redes de solidariedade (CASTELLS, 2012). Os posts e campanhas das plataformas Facebook, Instagram, X (Twitter) e YouTube comprovam o protagonismo indígena: termos ligados à cultura indígena cresceram 6.200% após visitas de figuras públicas como a cantora Anitta, e temas como a ameaça às terras e direitos territoriais receberam atenção nacional e internacional<sup>6</sup>.

Projetos como a Casa Maraká em Belém, espaço físico de cultura e comunicação, bem como o 1º Encontro Nacional de Comunicação Indígena que reuniu mais de 100 lideranças em preparação para a COP30, fortalecem a articulação entre mundo digital e organização local, consolidando uma rede de comunicadores que amplifica a presença indígena nos debates sobre clima e direitos (MÍDIA INDÍGENA, 2024f; 2024g; 2024h). O impacto dessa atuação foi

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNeXw1lPRDZ/?igsh=M21zZ2xrcnl2YWd3>. Acesso em 20 de ago. de 2025

reconhecido internacionalmente, com o prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos, em 2020, evidenciando o potencial transformador do movimento comunicacional indígena (MÍDIA INDÍGENA, 2020).

A presença indígena no digital enfrenta, contudo, desafios como ataques cibernéticos, preconceito e hostilidade, censura e redução da entrega do conteúdo pela influência do algoritmo, além da dificuldade de sustentabilidade financeira, que se dá por meio de doações, editais e parcerias com outros coletivos e organizações indígenas (MÍDIA INDÍGENA, 2020; 2024i; 2024j). O coletivo já foi hackeado, mas sua resiliência reforça que “demarcar as telas” é garantir espaço para a denúncia, a reivindicação de direitos e a visibilidade das lutas, validando sua hipótese central de reconfigurar a esfera pública e fortalecer a democracia em âmbito local e global (CASTELLS, 2012; MÍDIA INDÍGENA, 2024i; 2024h).

### 5.3 ANMIGA

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) emerge, a partir de março de 2021, como um dos atores coletivos mais potentes e articulados na defesa dos direitos indígenas e da sustentabilidade do planeta (ONU MULHERES, 2021). Reúne mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil, que se unem em torno de saberes, tradições e lutas pela garantia dos direitos indígenas e pela vida dos povos originários — formando uma rede que transcende a noção tradicional de movimento social (ANMIGA, 2022, 2025). Segundo o Manifesto da ANMIGA, as mulheres indígenas são “sementes plantadas através de nossos cantos por justiça social, por demarcação de território, pela floresta em pé, pela saúde, pela educação, para conter as mudanças climáticas e pela cura da Terra” (ANMIGA, 2019, p. 1).

Fundada formalmente a partir das mobilizações de 2019, a ANMIGA se define como uma “grande articulação de Mulheres Indígenas de todos os biomas do Brasil, com saberes, com tradições, com lutas que se somam e convergem” (ANMIGA, 2025). Sua filosofia se ancora em um princípio identitário profundo, resignificando a narrativa nacional ao afirmar que “a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais” e que “A Mãe do Brasil é Indígena” (ANMIGA, 2025; APIB, 2021). Já com o lema “Nosso corpo é território” sintetiza a indissociabilidade entre luta contra a violação da terra (colonialismo), violência de gênero (patriarcado) e invisibilidade/genocídio (racismo), conforme destaca a “Carta Pela Vida

e Pelos Corpos-Territórios” da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas (ANMIGA, 2025).

Dessa forma, fortalece lideranças femininas tanto nas aldeias quanto nos espaços institucionais, dando continuidade a um legado ancestral de protagonismo de parteiras, remedeiras, pajés e cacicas (ANMIGA, 2025; ONU MULHERES, 2021). Sua dinâmica estrutural é horizontal, sem coordenação executiva, baseada em reuniões coletivas e decisões compartilhadas, o que permite que mulheres de diferentes idades e saberes se sintam representadas e participem ativamente do processo político (ONU MULHERES, 2021).

Além disso, sua trajetória é marcada por uma crescente capacidade de mobilização. Embora suas raízes sejam seculares, sua consolidação como frente nacional ganhou força no XV ATL, em abril de 2019, culminando na I Marcha das Mulheres Indígenas, que reuniu 2.500 mulheres de 130 povos sob o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito” (ANMIGA, 2022; APIB, 2021). Foi o evento que demonstrou a “força coletiva da articulação e mobilização das mulheres”, gestando uma frente representativa nacional (ANMIGA, 2022; APIB, 2021).

Em 2021, a II Marcha ocorreu sob um cenário de alta tensão, com ataques de grupos extremistas, forçando a organização a adiar o ato principal para garantir a segurança das participantes. Naquele momento, declararam: “Jamais aceitaremos que nossas mulheres e povos sejam submetidos novamente a tamanha violência! Esses capítulos são páginas de um passado, que estamos reescrevendo com a nossa luta, a partir do chão dos nossos territórios” (ANMIGA, 2021b, p. 3). A mobilização seguiu em ascensão com a III Marcha em 2023, sob o tema “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais” (ANMIGA, 2023c), e culminou na IV Marcha, realizada em conjunto com a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas em agosto de 2025. Este último evento reuniu mais de 5.000 mulheres de 100 povos, consolidando um robusto projeto político (ANMIGA, 2025d).

Durante a pandemia de Covid-19, a ANMIGA demonstrou resiliência ao organizar barreiras sanitárias, campanhas de vacinação e assembleias virtuais, como a “demarcação das telas”, que ampliou a participação e o alcance do movimento (ANMIGA, 2020; ONU MULHERES, 2021). Nesse contexto, as novas tecnologias foram aliadas fundamentais, permitindo encontros online regulares e a mobilização de milhares de mulheres indígenas em todo o país (ONU MULHERES, 2021).

No centro de sua práxis política está a mobilização do conceito de “Corpos-Territórios”, pois em sua compreensão o corpo é entendido como “território sagrado e quando tocam em nós,

tocam em toda a Mãe Terra” (ANMIGA, 2025c, p. 1). Repercutindo de forma mais intensa nas vivências das mulheres, ancora-se na compreensão da inseparabilidade entre a violência contra os corpos das mulheres indígenas e a expropriação de suas terras (ANMIGA, 2025; BUTLER, 2019; COLLINS, 2021). Argumento que está alinhado à abordagem de Collins e Bilge (2019) sobre a interseccionalidade como práxis crítica ligada à resistência epistêmica, dialogando diretamente com as demandas das cartas e documentos publicados.

Desse modo, essa visão fundamenta a oposição à tese do “Marco Temporal”, consolidada na Lei 14.701, denuncia a tese como uma proposta do agronegócio, como “genocídio legislado” e “continuidade da colonização” (ANMIGAORG, 2024). Em suas campanhas digitais, classifica a lei como inconstitucional e um instrumento que legaliza a grilagem e o desmatamento. Sua desconfiança no sistema levou à retirada da Câmara de Conciliação do STF sobre o tema, classificada como uma “arapuca” e “farsa jurídica”, sob o argumento de que direitos fundamentais não são negociáveis (ANMIGAORG, 2024).

Além da denúncia, a ANMIGA adota estratégias propositivas e de ocupação de poder, como o conceito de “Reflorestarmentes”, um chamado à humanidade para uma nova relação com o planeta, baseada no Bem Viver e nas cosmologias ancestrais (ANMIGA, 2021a, p. 3). Em seu plano institucional, materializa essa visão que é destacada na formação e fortalecimento da “Bancada do Cocar”, que amplia a representatividade indígena nos espaços de poder. As quais são exemplificadas na conquista da eleição e na celebração da “Posse Ancestral” de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, membras da ANMIGA, simbolizando um novo retrato do Congresso Nacional (ANMIGA, 2023, p. 3).

Essa articulação resulta em propostas concretas, como a “Carta das Indígenas Mulheres do Brasil”, que detalha demandas sobre proteção territorial, saúde, justiça e educação. A 1ª Conferência Nacional aprofundou esse trabalho, gerando a “Carta Pela Vida e Pelos Corpos-Territórios”<sup>7</sup>, com 49 propostas prioritárias para orientar políticas públicas (ANMIGA, 2025). Para além do Brasil, a atuação da ANMIGA transcende as fronteiras. Exemplo concreto pode ser observado durante a IV Marcha, nela mulheres indígenas de 15 nações co-assinaram o manifesto internacional “Carta de Brasília: Vozes Globais pela Cura da Terra”, reivindicando participação plena e substantiva na governança global da justiça climática e financiamento direto para organizações indígenas (ANMIGA, 2025).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNEoGaBPwyz/> . Acesso em: 15 de ago. de 2025.

As imagens publicadas em suas redes evidenciam a centralidade das marchas lideradas pela ANMIGA como ferramentas de mobilização e midiativismo. Slogans como “Marchamos porque as mulheres indígenas estão na linha de frente da resistência” e “Marchamos porque o nosso corpo é território” sintetizam a interseccionalidade entre gênero, raça e território (ANMIGA, 2025). Portanto, o corpo feminino indígena aparece como espaço da resistência coletiva e como sujeito político ativo — quando violam corpos, violam a terra; defender corpos é defender vida e meio ambiente (ANMIGA, 2025; BUTLER, 2019; COLLINS, 2021).

Nas postagens publicadas no Instagram e em seu site oficial, apresentando essas cartas publicadas, além de se consagrarem como expressão da luta por direitos, são utilizados como instrumentos de *advocacy* perante o poder público. Sua circulação nas redes sociais amplifica o alcance político das demandas — como políticas específicas de saúde para mulheres indígenas, enfrentamento à violência obstétrica, federalização de crimes sexuais, e proteção territorial — consolidando pontes entre o ativismo digital e institucional.

Nesse conjunto de ações, a ANMIGA denuncia como militarismo, colonização, capitalismo, racismo e patriarcado convergem sobre os corpos-territórios das mulheres indígenas, articulando demandas que vão da demarcação territorial à saúde específica para mulheres indígenas (ANMIGA, 2025). Ao utilizar repertórios sofisticados de ação coletiva digital, como “tuitaços” coordenados, hashtags (#MarcoTemporalNão, #DemarcaçãoJá), interpelando diretamente às autoridades, produz contra-narrativas no espaço digital que expandem sua visibilidade.

Ao afirmar que os povos indígenas, sendo 5% da população mundial, protegem 80% da biodiversidade (ANMIGAORG, 2024), a ANMIGA se posiciona não apenas como um movimento de resistência epistêmica, mas como uma resposta à crise climática, expressando com isso uma dinâmica de contrapoder (CASTELLS, 2012). Com a certeza de que “a luta pela Terra é a mãe de todas as lutas” (GUAJAJARA *apud* ANMIGA, 2023c, p. 2), segue em marcha, ecoando o chamado: “Nunca mais um Brasil sem nós!” (ANMIGA, 2023a, p. 2). Portanto, a ANMIGA representa a força coletiva das mulheres indígenas brasileiras, em uma articulação inovadora, plural e ancestral, mobilizando lutas históricas e contemporâneas, que fortalece lideranças locais, atua em rede pelos biomas, promovendo a defesa dos territórios, da vida e da ancestralidade, bem como, redefine o protagonismo das mulheres indígenas na política nacional e internacional (ANMIGA, 2025; APIB, 2021; ONU MULHERES, 2021).

## 6. Considerações Finais

A apropriação das redes sociais por Atores Políticos Indígenas (APIs) representa uma intervenção estratégica na forma como as lutas, narrativas e saberes dos povos originários são articulados no Brasil contemporâneo. Ao articular a resistência epistêmica como práxis crítica (COLLINS; BILGE, 2021; COLLINS, 2021) à dinâmica de contrapoder em rede (CASTELLS, 2012), o midiativismo indígena ultrapassa o aspecto da comunicação, consolidando-se como um dispositivo sociotécnico de resistência, capaz de fundir a defesa material do corpo-território à mobilização na esfera pública global. Essa prática, observada através do estudo empírico aqui apresentado, integra a produção de saberes (resistência epistêmica), a reconfiguração do espaço público digital (contrapoder em rede) e a articulação entre corpos, territórios e discursos em contra-narrativas, transformando dinâmicas de poder, formando e fortalecendo redes de solidariedade e ampliando os sentidos da democracia.

Os APIs atuam de forma articulada e colaborativa, cada um em sua frente de ação, estabelecendo redes entre si e com outros movimentos sociais no Brasil e internacionalmente. Essa atuação em rede se manifesta por meio de postagens conjuntas, compartilhamento de conteúdos, mobilizações integradas e uso de repertórios comuns de ação coletiva, o que potencializa o alcance e a força das suas demandas. Além disso, ao fortalecer alianças com diferentes atores políticos e organizações, os APIs consolidam redes de solidariedade e contrapoder no espaço público digital, ampliando a capacidade de mobilização, incidência política e defesa dos direitos indígenas em múltiplos territórios e esferas de atuação.

Ao ocuparem os espaços digitais, os APIs não apenas denunciam violências e mobilizam apoio, mas, fundamentalmente, retomam o controle de suas próprias narrativas para combater estereótipos e difundir suas cosmologias, como o Bem Viver e a defesa do corpo-território. Além disso, o midiativismo indígena tem gerado impactos concretos, como o aumento da visibilidade das pautas indígenas, a mobilização de campanhas nacionais e internacionais (#DemarcaçãoJá, #MarcoTemporalNão), a participação em eventos globais (COPs), e o fortalecimento da representatividade política, exemplificado pela eleição da “Bancada do Cocar”. Ao “aldear a política” e infundir no ambiente digital saberes ancestrais, os APIs realizam uma intervenção epistemológica que desafia os fundamentos coloniais da esfera pública, propondo novos horizontes para uma democracia plural.

No mesmo sentido, seus repertórios de ação coletiva se manifestam de forma multifacetada nas plataformas, dinamizando o debate, ao utilizarem as redes para organizar e narrar marchas, comunicar decisões estratégicas, apoiar candidaturas e divulgar rituais políticos. Nessa dinâmica, o conteúdo visual postado no Instagram, por exemplo, evidencia um forte repertório de resistência, com imagens que retratam indígenas em suas vestimentas tradicionais, afirmando identidade, ancestralidade e presença no espaço público. Assim, seu midiativismo não é apenas um instrumento de visibilidade, mas uma potência de diálogo e afirmação de subjetividades violentadas e negadas pelo colonialismo.

Dessa forma, a luta local por território reverbera como uma demanda global por justiça socioambiental e de gênero, mostrando como a articulação em rede potencializa a agência política indígena. Os documentos políticos, como cartas e manifestos, são amplamente compartilhados, transformando o espaço digital em um campo de disputa de sentidos, consolidação de redes de solidariedade e potencialização de vozes. Assim, através do midiativismo, esses corpos-território demonstram que ocupar o digital é protagonizar histórias, empoderar comunidades e contribuir para uma sociedade onde os povos indígenas não apenas têm voz, mas redefinem os termos e sentidos no debate público.

## Referências:

ANMIGA (@anmigaorg). Marchamos porque as mulheres indígenas estão na linha de frente da resistência. **Instagram**, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNCITLrPjav/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANMIGA (@anmigaorg). **MULHERES-BIOMA reafirmam base de resistência em posse ancestral de deputadas indígenas**. ANMIGA, 2023. Disponível em: <https://anmiga.org>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANMIGA (@anmigaorg). Marchamos porque o nosso corpo é território. **Instagram**, 7 ago. 2025. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DNDrzn\\_uDpY/](https://www.instagram.com/p/DNDrzn_uDpY/). Acesso em: 20 out. 2025.

ANMIGA (@anmigaorg). **Carta das Indígenas Mulheres do Brasil**. 2023a. Disponível em: <https://anmiga.org>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANMIGA (@anmigaorg). **Carta Pela Vida e Pelos Corpos-Territórios**. 2025c. Disponível em: <https://anmiga.org>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANMIGA (@anmigaorg). **Manifesto da ANMIGA**. 2019. Disponível em: <https://anmiga.org>. Acesso em: 20 out. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Carta de Tarumã**: declaração dos povos indígenas da Amazônia brasileira frente à crise climática. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/10/29/carta-de-taruma-declaracao-dos-povos-indigenas-da-amazonia-brasileira-frente-a-crise-climatica/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **COP28**: Não existe solução para a crise climática sem povos e terras indígenas. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/cop28/>. Acesso em: 18 out. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Luta Pela Vida**: A maior mobilização indígena da história. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/luta-pela-vida/>. Acesso em: 18 out. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Marco Temporal**. Disponível em: <https://apiboficial.org/marco-temporal/>. Acesso em: 18 out. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Página oficial no Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/apiboficial/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Revista Acampamento Terra Livre 2022**: Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política. Brasília, DF: APIB, 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Revista ATL | Acampamento Terra Livre 2024**: Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui. Brasília, DF: APIB, 2024.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Sobre a APIB**. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil**: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (org.). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e as políticas das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DEPARIS, Sidiclei Roque. **União das Nações Indígenas (UNI)**: Contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

GAMA, Daniel. Jovens na linha de frente da comunicação indígena. **Mídia Indígena**, 2022. Disponível em: <https://midiaindigena.org>. Acesso em: 20 out. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2022.

GOHN, Maria da Glória. O movimento dos povos originários indígenas no Brasil: história das lutas e confrontos no campo dos direitos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 12, p. 1-33, 2024.

GOHN, Maria da Glória. Reflections and hypotheses on a further structural transformation of the political public sphere. **Theory, Culture & Society**, v. 39, n. 4, p. 145-171, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo da Terra: contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 74-90, 2020.

LIMA, João Paulo Rodrigues de. **Candidaturas Indígenas em Rondônia [...]**. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Porto Velho, 2022.

LIMA NETO, Fernando. Espaço público digital e ativismo dos coletivos. **Civitas**, Porto Alegre, v. 25, p. e46314, 2025.

LOPES, Danielle Bastos. **O Movimento Indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FILGUEIRAS, Fernando; ALMEIDA, Virgílio. **Algorithmic Institutionalism**: the changing rules of social and political life. Oxford: Oxford University Press, 2023.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNCJwNyPSAK/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNgXBcCPH0E/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DN2zqEx4vCW/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNeXw1lPRDZ/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DN6o3vdEX14/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DMgkMZgRJpW/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DMOfGC7Pf4j/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024h. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DLDofGIPjwX/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024i. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DM3KbDKvLUD/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. [Publicação no Instagram]. **Instagram**, 2024j. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNDY9ggO6gM/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. Mídia Indígena é reconhecida com o Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos da Espanha. **Mídia Indígena**, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://midiaindigena.org>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. O futuro se constrói pela comunicação. **Mídia Indígena**, 15 out. 2017. Disponível em: <https://midiaindigena.com.br/brasil-indigena/15/10/2017/o-futuro-se-constroi-pela-comunicacao/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MÍDIA INDÍGENA. Utilizando a comunicação como instrumento de combate à desinformação. **Mídia Indígena**, 2 set. 2024. Disponível em: <https://midiaindigena.org>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MOURA, Gabriel. Contar nossa história: o desafio da comunicação indígena. **Mídia Indígena**, 2024. Disponível em: <https://midiaindigena.org>. Acesso em: 20 out. 2025.

NINJA. O protagonismo de jovens indígenas na comunicação. **Mídia Ninja**, 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/>. Acesso em: 20 out. 2025.

NORRIS, Pippa. **Digital Divide?** Civic Engagement, Information Poverty and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

SOUSA, Isabel Maria Lima. **O net-ativismo indígena e a Covid-19**: uma análise da página da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil no Instagram. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 145-168.

XUCURU-KARIRI, Rafael. **Retomar o Brasil**: um estudo das cartas escritas pelos povos indígenas nos últimos 50 anos. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.